

**AgInt nos EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.169.556 - RS
(2017/0235949-0)**

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **RENOE SALDANHA DA SILVA**
ADVOGADOS : **CÉZAR LUIZ BIZARRO MONTEIRO - RS006540**
 DANIELA PERONI FINGER - RS044549
 BRUNO DEGRAZIA MOHN - DF018161
ADVOGADOS : **ANNYA KIZZY BOAVENTURA PEREIRA - DF022875**
 SILVIO SANTOS DE BOITA - RS085685
AGRAVADO : **JOÃO ABEL MARTINS LOPES**
ADVOGADO : **JOÃO ABEL MARTINS LOPES (EM CAUSA PRÓPRIA) - RS050180**

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por RENOE SALDANHA DA SILVA contra a decisão de fls. 846-848 (e-STJ) que não conheceu do agravo em recurso especial, por falta de impugnação específica dos fundamentos da decisão agravada.

Nas presentes razões, a agravante postula a reforma da decisão agravada, sob o argumento de que:

"A incidência da Súmula 83 do E.STJ se deu em virtude de um dos fundamentos do v. acórdão (o de que a gratuidade judiciária não isenta a parte dos honorários advocatícios contratuais).

De fato, o Agravante não atacou esse ponto. E isso se deu, pois aceitou esse fundamento, em razão de ser o entendimento consolidado neste E.STJ"(e-STJ 879-883).

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Considerando a manifestação do recorrente, faz-se imperiosa a reconsideração da decisão de fls. 846-848 e-STJ e passa-se ao exame do agravo em recurso especial interposto por RENOÉ SALDANHA DA SILVA contra a decisão que negou seguimento ao recurso especial.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, verifica-se que o recurso especial (fls. 761-778 e-STJ), fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:

"AÇÃO ANULATÓRIA DE CONTRATO CUMULADA COM PERDAS E DANOS. CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CASO CONCRETO. MATÉRIA DE FATO. Se o beneficiário da assistência judiciária gratuita opta por um determinado profissional em detrimento daqueles postos à

sua disposição gratuitamente pelo Estado, deverá ele arcar com os ônus decorrentes desta escolha.

Isenção de pagamento que se refere apenas aos honorários sucumbenciais. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. A Constituição Federal recepcionou o instituto da assistência judiciária gratuita, a qual poderá ser indeferida ou revogada pelo juízo quando os elementos constantes dos autos demonstrarem capacidade econômica suficiente da parte. Exame do caso concreto que não pressupõe a alegada necessidade. Apelo e recurso adesivo providos" (e-STJ fl. 647).

Nas razões do recurso especial, a recorrente aponta, além de dissídio jurisprudencial, violação dos seguintes artigos e suas respectivas teses:

a) artigos 492, 1008 e 1013 do Código de Processo Civil de 2015 - ocorrência de julgamento *extra petita*, ao adentrar no mérito do segundo fundamento da sentença para manifestar entendimento de que não seria abusiva a cláusula que previa 55% de honorários contratuais;

b) artigos 138, 147, 166, V, 187, 884, 885 e 886 do Código Civil; 51, IV, § 1º, III, do Código de Defesa do Consumidor; 34, XX, do Estatuto da Advocacia; 36, I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, do Código de Ética e Disciplina da Advocacia - nulidade do contrato de honorários diante da existência de cláusula abusiva;

c) artigo 1º, 3º, V, 5º, § 4º, 11, §§ 1º e 2º, da Lei nº 1.060/1950 - nulidade do contrato de honorários frente ao benefício da assistência judiciária gratuita.

A pretensão recursal não merece acolhida.

Primeiramente, no tocante à alegação de julgamento *extra petita*, cumpre ressaltar que a obrigatória adstrição do julgador ao pedido expressamente formulado pelo autor pode ser mitigada em observância dos brocardos *da mihi factum dabo tibi ius* (dá-me os fatos que te darei o direito) e *iura novit curia* (o juiz é quem conhece o direito).

Ademais, o entendimento deste Tribunal Superior é firme no sentido de que os pedidos formulados pelas partes devem ser analisados a partir de uma interpretação lógico-sistemática, não podendo o magistrado se esquivar da análise ampla e detida da relação jurídica posta em exame.

A respeito do tema:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. JULGAMENTO EXTRA PETITA. AUSÊNCIA. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. FUNDAMENTAÇÃO. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. VEDAÇÃO.

1. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível

2. Não há julgamento extra petita quando o julgador interpreta o pedido formulado na petição inicial de forma lógico-sistemática, a partir da análise de todo o conteúdo da peça inaugural.

(...)

6. *Agravo não provido*" (AgRg no REsp 1.439.300/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 8/9/2014 - grifou-se).

Na espécie, o órgão julgador não afrontou os limites objetivos da pretensão inicial, tampouco concedeu providência jurisdicional diversa da requerida, tendo sido respeitado o princípio da congruência.

Com efeito, como assinalado pela Corte local:

"Cumpre destacar que o v. acórdão corretamente atendeu a determinação do Superior Tribunal de Justiça, quando determinou que à Corte de origem se pronunciasse acerca da abusividade ou não da cláusula que estabeleceu os honorários advocatícios no percentual de 55%.

(...) Assim, não há falar em decisão extra petita, uma vez que v. acórdão recorrido atendeu e acolheu a determinação do STJ.

O acórdão embargado apreciou todas as questões apresentadas no recurso, se não pelos exatos fundamentos pretendidos pelas partes, mas em harmonia com a legislação pertinente, os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais acerca do tema, bem como à determinação do STJ no julgamento do REsp 1.268.457/Cueva. Compete à parte recorrente utilizar o mecanismo processual adequado para a obtenção do seu intento" (e-STJ fl. 756).

Logo, não configura decisão *extra petita* a que rechaça o pedido formulado na petição inicial.

No mais, o acórdão recorrido afastou a alegação de abusividade da cláusula contratual que estabeleceu os honorários advocatícios no percentual de 55%, conforme se extrai da leitura do voto condutor, transcrito no que interessa à espécie:

"Acrescento que a alegação de anulação do contrato em virtude de cláusula abusiva que estabelece remuneração do advogado na ordem de 55% do valor obtido na ação (cláusula quota litis), não se presta à anulação do negócio jurídico, como pretende o embargante. A eventual existência de cláusulas abusivas (nos termos do art. 51 do CDC) não retira a validade do instrumento discutido, exigindo-se apenas a readequação dos encargos porventura reputados abusivos. Ademais, tenho que inexistiu, no caso em concreto, diante do conjunto probatório, qualquer tipo de coação ou dolo capaz de anular o contrato de honorários firmado entre as partes litigantes, sendo devidamente respeitadas a autonomia da vontade e as disposições constantes no artigo 104, do CC"(e-STJ fl. 738).

Com efeito, alterar tais conclusões da forma pretendida pela recorrente demandaria a análise de circunstâncias fático-probatórias e de cláusulas contratuais, o que é inviável no recurso especial pela incidência das Súmulas nºs 5 e 7/STJ.

Por fim, registra-se, que o acórdão recorrido está em harmonia com a orientação desta Corte de que o beneficiário da assistência judiciária gratuita **não é isento** do pagamento dos honorários contratuais de seu próprio advogado, consoante se observa dos

seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE HONORÁRIOS DE ADVOGADO. JUSTIÇA GRATUITA. FUNDAMENTOS DO NOVO RECURSO INSUFICIENTES PARA REFORMAR A DECISÃO AGRAVADA.

1. Não apresentação pela parte agravante de argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada.

2. De acordo com o entendimento deste Superior Tribunal, a parte deve arcar com a verba honorária que contratou, ainda que litigue sob o pálio da Justiça Gratuita. Precedentes. Ressalva do ponto de vista deste Relator.

3. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO."

(AgRg no REsp 1.336.619/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/6/2013, DJe 19/6/2013).

"PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. COBRANÇA DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. CONTRATANTE QUE LITIGARA SOB A PROTEÇÃO DA JUSTIÇA GRATUITA. IRRELEVÂNCIA. VERBA QUE NÃO É ALCANÇADA PELOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PELA LEI N. 1.060/50.

1. 'Nada impede a parte de obter os benefícios da assistência judiciária e ser representada por advogado particular que indique, hipótese em que, havendo a celebração de contrato com previsão de pagamento de honorários ad exito, estes serão devidos, independentemente da sua situação econômica ser modificada pelo resultado final da ação, não se aplicando a isenção prevista no art. 3o, V, da Lei nº 1.060/50, presumindo-se que a esta renunciou' (REsp 1.153.163/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/6/2012, DJe 2/8/2012).

2. Entendimento contrário tem a virtualidade de fazer com que a decisão que concede a gratuidade de justiça apanhe ato extraprocessual e pretérito, qual seja o próprio contrato celebrado entre o advogado e o cliente, interpretação que vulnera a cláusula de sobre-direito da intangibilidade do ato jurídico perfeito (CF/88, art. 5º, inciso XXXVI; LINDB, art. 6º).

3. Ademais, estender os benefícios da justiça gratuita aos honorários contratuais, retirando do causídico a merecida remuneração pelo serviço prestado, não viabiliza, absolutamente, maior acesso do hipossuficiente ao Judiciário. Antes, dificulta-o, pois não haverá advogado que aceitará patrocinar os interesses de necessitados para ser remunerado posteriormente com amparo em cláusula contratual ad exitum, circunstância que, a um só tempo, também fomentará a procura pelas Defensorias Públicas, com inegável prejuízo à coletividade de pessoas - igualmente necessitadas - que delas precisam.

4. Recurso especial provido."

(REsp 1.065.782/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 7/3/2013, DJe 22/3/2013).

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. FUNDAMENTOS INSUFICIENTES PARA REFORMAR A DECISÃO AGRAVADA. PEDIDOS. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PACTUADOS. ISENÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE CONTRATO. SÚMULA 7/STJ.

1. Os agravante não trouxeram argumentos novos capazes de infirmar os

fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental.

2. Beneficiário da Assistência Judiciária Gratuita não goza de isenção de pagamento de honorários advocatícios pactuados.

3. A comprovação ou não da existência de contrato entre as partes, requer o revolvimento do conjunto fático-probatório, incidência da Súmula 7/STJ.

4. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no REsp 1.168.344/RS, Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 26/4/2011, DJe 10/5/2011).

Incide na espécie a Súmula nº 568/STJ.

Ante o exposto, reconsidero a decisão agravada (fls. 846-848 e-STJ) e conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e nesta extensão negar-lhe provimento.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator